

# **Trabalho Feminino, novas tecnologias e qualificação profissional**

*Magda de Almeida Neves*

## **INTRODUÇÃO**

A globalização da economia, as inovações tecnológicas e organizacionais têm provocado inúmeras transformações no mundo do trabalho. Nos últimos anos, economistas e sociólogos têm se preocupado em analisar as mudanças nos processos de trabalho taylorista/fordista com o surgimento da acumulação flexível produzindo novas formas de organização do trabalho baseadas na integração e na flexibilidade.

No Brasil, essas mudanças vem ocorrendo cada vez mais, não só com a introdução de inovações tecnológicas com base na microeletrônica, mas com mudanças na gestão do trabalho. Empresas brasileiras tem adotado os novos modelos de organização do trabalho, influenciadas sobremaneira pelo modelo japonês da qualidade total (Neves, 1993). A introdução de técnicas e métodos como just-in-time, kanban, kaizen e outros, tem sido recorrentes no vocabulário das gerências preocupadas em aprimorar o processo de trabalho com o objetivo da busca constante da melhoria contínua.

A flexibilização não só do processo produtivo mas, também, das relações de trabalho modifica os padrões da incorporação dos trabalhadores no mercado de trabalho, como também das exigências de um novo perfil de trabalhador polivalente e mais flexível.

Entretanto, várias pesquisas vêm demonstrando que essas mudanças ocorrem de forma heterogênea e desigual, se levarmos em consideração o grau de desenvolvimento e a inserção dos países no mercado mundial, o desenvolvimento de regiões e setores em cada país e também as questões de geração e de gênero.

O objetivo deste artigo é, portanto, analisar, no contexto das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, a inserção das mulheres e as diferenças provocadas pela divisão sexual do trabalho.

## **1. A SEGMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E A DIVISÃO SEXUAL**

Em vários trabalhos, Bruschini vem apontando o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, desde a década de 70, chamando atenção para a diversificação e a intensificação dessa participação, principal-

mente no espaço urbano. De acordo com a autora, não só a busca da complementação salarial face a deterioração dos salários reais dos trabalhadores, mas também das expectativas de maior consumo, redefiniram o conceito de necessidade econômica, levando não só as mulheres pobres a ingressarem no mercado de trabalho, como também as mulheres de classe média (1994:179).

Um outro fator importante, dos anos 70, que influenciou nesse ingresso foi o crescimento do mercado de trabalho com a expansão da industrialização, a entrada acelerada de indústrias multinacionais na época do chamado "milagre brasileiro" e o próprio crescimento do parque industrial demandando mão-de-obra feminina em vários setores, principalmente têxtil, metal-mecânico e eletrônico (Neves, 1995).

Também, nessa conjuntura, a presença de mulheres na cena brasileira foi expressiva, denunciando as situações de desigualdade a que estavam submetidas e manifestando de diversas formas a luta pelos direitos. O ano de 1975 foi marco importante dessa mobilização ao ser escolhido como Ano Internacional da Mulher pela ONU. No Brasil, a luta pela valorização da identidade feminina, denunciando as condições de subordinação das mulheres, integra-se a luta pela redemocratização do Brasil no final dos anos 70. Redes de solidariedade, expressas de diversas formas nos movimentos dos bairros de periferia dos centros urbanos, das comunidades das Igrejas Católicas, dos clubes de mães, das associações de bairros tiveram nas mulheres uma presença importante (Soares, 1994). No movimento sindical, as mulheres questionaram seus direitos e a sua participação nas decisões dos sindicatos e paulatinamente alteraram o perfil e a configuração da instituição sindical (Neves, 1993; Cappelin, 1994).

Ainda, de acordo com Bruschini, em 1990, "o número de trabalhadoras brasileiras atingiu a cifra de mais de 22,9 milhões, 18 dos quais concentrados na zona urbana", revelando, dessa maneira, constante ampliação das mulheres no conjunto da força de trabalho brasileira. A autora salienta o crescimento da atividade feminina também no campo em 1990, "onde a taxa nacional da atividade alcança 36%, mas é na zona urbana que esse crescimento é mais significativo, com a incorporação de 7 milhões de novas trabalhadoras, representando um crescimento relativo da ordem de 59,7% na década de 80" (1995:3). Também, conforme relatório sobre Desenvol-

vimento Humano no Brasil, a participação feminina na PEA passou de 31% para 35%, entre 1981 e 1990 (PNUD/IPEA, 1996:33).

Entretanto, apesar da crescente participação da mulher no mercado de trabalho, pode-se detectar nas diferentes análises a predominância de atividades femininas em determinados guetos ocupacionais e a existência de salários mais baixos para as mulheres. Ainda, de acordo com o relatório sobre Desenvolvimento Humano no Brasil, "as mulheres representam 48% da força de trabalho do setor terciário e apenas cerca de 20% nos casos da agricultura e da indústria." Em 16 ocupações do setor formal, as mulheres compõem com mais de 50%, ressaltando-se alguns deles como verdadeiros guetos femininos como: costura, 94%; magistério do 1º grau, 90%; secretariado, 89%; telefonia/telegrafia, 86%; enfermagem, 84% e recepção, 81% (PNUD/IPEA, 1996:33).

A problematização destes aspectos, desde a década de 70, vem sendo desenvolvida por inúmeros pesquisadores, ressaltando-se os trabalhos de D. Kergoat, que num processo de reflexão, de-construindo e reconstruindo o conceito de trabalho, incorporaram nas suas análises a problemática da divisão sexual do trabalho. Dessa maneira a dimensão sexuada do trabalho, incorporando a articulação entre trabalho doméstico e trabalho assalariado, o espaço privado e o espaço público, a articulação da produção e reprodução, permitiu a construção de um campo de pesquisas em torno do conceito de gênero principalmente desenvolvido nos estudos ingleses e americanos e pelas relações sociais de sexo, pelos franceses.

Segundo Helena Hirata, "a predominância do econômico, colocando a força de trabalho como conceito-chave na análise marxista clássica das relações de dominação, cedeu lugar, com o desenvolvimento da tese da co-extensividade das relações de classe e de sexo, ao conceito de sujeito sexuado - (D. Kergoat, 1988) - inserido na rede de relações intersubjetivas" (1995:82).

Dessa maneira, essa nova abordagem permite analisar não só as relações de classe como também as relações sociais de sexo, os atores individuais e coletivos, questionando o sujeito masculino como universal e repensando várias categorias sociológicas.

Esses estudos, ao salientarem o escamoteamento da dimensão sexuada nas relações de trabalho, explicitam as políticas implementadas nos locais de trabalho, que discriminam e hierarquizam as mulheres em situação de desigualdade. Apontam também que a divisão sexual do trabalho, apesar da sua pertinência, não esgota a problemática das relações sociais que representam construções históricas culturais interdependentes e complementares. As relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto gênero masculino e feminino. Essas relações não implicam apenas diferenças, mas assimetrias, hierarquias que expressam relações de poder dispersas e se constituindo em redes, nas diferentes esferas da sociedade. Como diz Lobo, "a divisão sexual do trabalho é um dos muitos locus das relações de gênero" (1991:260).

## 2. TECNOLOGIA, FLEXIBILIDADE E QUALIFICAÇÃO

As profundas mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, face à globalização, ao novo modelo de acumulação flexível com o declínio do fordismo, à entrada de novas tecnologias com base microeletrônica e às novas formas de gestão, vêm colocando novas exigências para a mão-de-obra tanto masculina como feminina (Hirata, 1991).

Estudos realizados, por diferentes pesquisadores, entre eles Hirata, demonstram que essas mudanças ocorrem de forma heterogênea quando se trata de países desenvolvidos e países em desenvolvimento; de diferentes categorias de trabalhadores; de trabalhadores masculinos e femininos; de jovens e velhos; e de brancos e negros (Hirata, 1993).

Do ponto de vista do trabalho feminino, o que se observa é que, apesar das inovações tecnológicas, a divisão sexual do trabalho permanece. Nestes anos, conforme aponta Abreu (1993), a tese de que as novas tecnologias microeletrônicas iria permitir real igualdade entre homens e mulheres foi sendo desmentida. A eliminação das tarefas pesadas, sujas e insalubres, próprias para o desempenho masculino, de acordo com a concepção que marca as relações de gênero na sociedade, com a entrada de inovações tecnológicas, permitiriam uma maior incorporação das mulheres e a eliminação da discriminação a que estão submetidas no local de trabalho. Mas, na realidade, essa transformação não ocorreu.

A análise apresentada por diversas pesquisas vem demonstrando que a relação entre a tecnologia e o trabalho feminino é definida muito mais pelo conteúdo ideológico, que discrimina as mulheres, do que pela competência técnica. Como apontou Kergoat (1987), a questão da qualificação é fundamental para analisarmos as diferenças entre as tarefas femininas e masculinas. A qualificação atribuída às mulheres é definida pela educação informal, pelos atributos "da natureza feminina" e não pela educação formal e pelo conhecimento técnico. Em pesquisa desenvolvida em 1990 em indústria microeletrônica, observou-se que com a entrada de inovações tecnológicas as mulheres passaram a ocupar postos secundários e permaneceram executando tarefas repetitivas e monótonas (Neves e Le Ven, 1992). Nesta situação de transformação, pode-se perceber claramente a dimensão histórica e cultural da qualificação, expressando as relações de gênero na sociedade onde as mulheres ocupam na maioria das vezes situações de subordinação. Portanto, a análise da construção da qualificação permite estabelecer as diferenças dos efeitos sociais das inovações tecnológicas quando se trata de mão-de-obra feminina e masculina.

A necessidade cada vez maior de um perfil de mão-de-obra mais qualificado, polivalente, com desenvolvimento de um raciocínio abstrato, iniciativa e atenção para o desenvolvimento de diferentes funções nas novas formas de organização do trabalho tem sido constante (Neves, 1992). Entretanto, a difusão do modelo japonês, com

essas características, sua idealização e expansão por vários países, vem sendo criticado por vários pesquisadores (Hirata e Zarifian, 1990; Hirata, 1993; Leite, 1996).

O que se tem observado é que a nova reestruturação produtiva tem desencadeado um conjunto heterogêneo não só de conteúdos de trabalho, mas também de formas de contratação. A tendência que se configura mostra a constituição de um grupo de trabalhadores qualificados, estáveis e bem pagos e a ampliação de redes de subcontratação com as empresas terceirizando parte de sua produção e estabelecendo contratos flexíveis e provisórios. A precarização das formas de contratação e condições de trabalho vem se ampliando cada vez mais, na medida em que cresce consideravelmente a nova estrutura industrial de cadeias de subcontratação. As grandes e modernas empresas vem adotando formas de trabalho informal e mal pago, ressaltando-se o trabalho em domicílio realizado na sua maioria pelas mulheres, reproduzindo as desigualdades das relações de gênero. "O trabalho a domicílio é uma forma de inserção ao mercado de trabalho que permite contribuir para o orçamento familiar ao mesmo tempo que mantém intacto o papel doméstico das mulheres envolvidas" (Abreu e Sorj, 1993:60).

Quando o trabalho em domicílio é realizado por mão-de-obra masculina, as características são diferentes do das mulheres. O que ocorre é uma valorização profissional, desenvolvimento e reconhecimento de maior competência técnica operando com equipamento sofisticados e melhor remuneração. No caso das mulheres, o trabalho é precário, temporário, baixos salários e na sua maioria realizam dupla jornada de trabalho (Abreu e Sorj, 1993).

## CONCLUSÃO

Como aponta Hirata, "as teses sobre a emergência de uma mão-de-obra qualificada e flexível adaptada as novas tecnologias ocultam as relações diferenciadas dos homens e das mulheres à qualificação e as novas tecnologias" (1991:31).

As diversas questões apresentadas anteriormente demonstram que não se pode ignorar a divisão sexual do trabalho, ao se analisar as mudanças ocorridas no processo de reestruturação produtiva. As novas dimensões do conteúdo do trabalho não só apontam em direção de tarefas altamente qualificadas e flexíveis, mas também, da permanência de tarefas taylorizadas executadas na sua maioria por mulheres.

A compreensão da relação entre conhecimento tecnológico, qualificação e formas de contratação e a nova flexibilidade da organização do trabalho, não pode prescindir da incorporação da divisão sexual do trabalho nas análises realizadas para que se possa aprender a real dimensão das conseqüências sociais para os homens e as mulheres.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alice R. de P. **Mudança Tecnológica e Gênero no Brasil**. Novos Estudos, Cebrap n° 35, março, 1993.
- ABREU, Alice R. de P. e SORJ, Bila. **Trabalho a domicílio nas Sociedades Contemporâneas** — uma revisão da literatura recente. In: Abreu e Sorj (orgs.). **O trabalho invisível**, Rio Fundo Ed., Rio de Janeiro, 1993.
- ABREU, Alice R. de P. e SORJ, Bila. **Trabalho a domicílio e relação de gênero**; as costureiras externas no Rio de Janeiro. In: Abreu e Sorj (orgs.). **O trabalho invisível**.
- BRUSCHINI, C. **O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes**. **Revista Estudos Feministas**, CIEC, UFRJ, Número Especial, Rio de Janeiro, 1994.
- BRUSCHINI, C. **Trabalho Feminino no Brasil - avaliação dos anos 80 e perspectiva para o futuro**. Texto apresentado no Seminário: **A mulher no mundo do trabalho**. ILDES/FES/Instituto Latino Americano de Desenvolvimento Econômico e Social, Atibaia, São Paulo, 1995.
- CAPPELIN, Paola. **Viver o Sindicalismo no Feminino**. **Revista de Estudos Feministas**, CIEC, UFRJ, Número Especial, Rio de Janeiro, 1994.
- HIRATA, H. **Rapports Sociaux de Sexe et Division du Travail**. In: Bidet et Texier (orgs.). **La crise du travail**, PUF, Paris, 1996.
- HIRATA, H. **Nouvelles Technologies, qualification et division sexuelle du travail: une perspective comparative**. In: **Cahiers du Gedisst n° 1**, IRESCO, CNRS, 1991.
- HIRATA, H. (orgs.) **Sobre o Modelo Japonês**. Edusp, São Paulo, 1993.
- HIRATA, H. e ZARIFIAN P. **Force et fragilité du modele Japonais**, 1990 (mimeo).
- KERGOAT, D. **Da divisão do trabalho entre os sexos**. São Paulo, USP, 1987 (mimeo).
- LEITE, Márcia de P. **A Qualificação reestruturada e os desafios da formação profissional**. Novos Estudos, CEBRAP n° 45, julho de 1996.
- LOBO, Elizabeth S. **A classe operária tem dois sexos**. Brasiliense, São Paulo, 1991.
- NEVES, Magda de A. **Mudanças tecnológicas e organizacionais e os impactos sobre o trabalho e a qualificação profissional**. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, Cortez Ed., 1992.
- NEVES, Magda A. **Relações de gênero e sindicalismo**. Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais VIII, Brasília, 1992.
- NEVES, Magda e LE VEN, Michel. **Organização do trabalho, inovações tecnológicas e resposta sindical nas indústrias microeletrônicas: estudo de caso em Minas Gerais**. **Revista de Ciência da Educação**, Campinas, Papius/Cedes, ano XIII, abril 1992.
- NEVES, Magda A. **Modernização Industrial no Brasil: o surgimento de novos paradigmas na organização do trabalho**. **Revista de Ciência da Educação**. Campinas, Papius/Cedes, agosto 1993/1994.
- NEVES, Magda A. **Trabalho e Cidadania - as trabalhadoras de Contaem**. Vozes, 1995.
- NEVES, Magda A. **Relação de Gênero nos espaços público e privado: a experiência das trabalhadoras na CUT**. **Revista Brasileira de Estudos de População**. V. 10, n 1/2, janeiro/dezembro 1993.
- Relatório Sobre Desenvolvimento Humano no Brasil**. PNUD/IPEA, Brasília, 1996.
- SOARES, Vera. **Movimento Feminista - paradigmas e desafios**. **Revista Estudos Feministas**, CIEC, UFRJ, Número Especial, Rio de Janeiro, 1994.